

“VAMOS BRINCAR?”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA EDUCAÇÃO PRECOCE DE SÃO SEBASTIÃO/DF EM TEMPOS DE PANDEMIA

Robson de Souza Lobato

rtutoria@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/1101383931791045>

Tayanne da Costa Freitas

prof.tayanne@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0905009259687907>

Maíra de Souza Guerra Ferreira de Castro

mairaguerra@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0271346154952939>

RESUMO

Esta pesquisa é um relato de experiência a partir da prática pedagógica em educação física no Programa Educação Precoce (PEP), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal situado no CAIC UNESCO da cidade de São Sebastião. O texto, de caráter narrativo-descritivo e também expositivo-argumentativo, teve como base uma pesquisa a partir de documentos oficiais orientadores do PEP e Ensino Remoto, evidenciando assim a experiência de um professor no ano de 2021, período marcado pela pandemia da Covid-19 e em consequência a adoção do ensino não presencial, em que os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) foram utilizados nas aulas. A problemática elucidou questões vivenciadas pelo componente curricular educação física e evidenciou os seguintes resultados: formação emergencial às pressas, necessidade de reorganização da prática pedagógica do formato presencial para o ensino remoto, considerando a modalidade do ensino especial com crianças de 0 até quase 4 anos de idade, elaboração e edição de material didático-pedagógico, transposição didática desses conhecimentos às famílias considerando faixa etária e diagnósticos, sentimento de insegurança e incapacidade frente a utilização das ferramentas tecnológicas no contexto da internet, novas formas de relacionamentos, sobrecarga de trabalho (e até de funções), dificuldades em motivar e engajar as famílias, dificuldades de participação das famílias nas atividades, aquisições de aparelhos modernos de celular/smartphone ou de computador, excesso de cobranças, que, juntos, impactaram a qualidade de vida dos professores.

Palavras-chave: Educação física; Educação Precoce; Ensino remoto; Covid-19; Ensino Especial.

Introdução

Este texto se apresenta nas características de um relato de experiência (RE), que de acordo com Daltro e Faria (2019), se destaca como uma das possibilidades de narrativa científica situando o saber resultante de um processo que envolve concatenação, memória, elaboração de um acontecido como vê seu relator invocando suas competências reflexivas e associativas, bem como suas crenças e posições de sujeito no mundo.

A narrativa evidencia a experiência de um professor de educação física e sua atuação no Programa Educação Precoce (PEP), no ano de 2021, período marcado pela pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, em que o mundo vivenciou um cenário caótico e perturbador em diversas áreas, destacadamente na saúde e na educação. Assim, a educação, de modo geral, precisou adotar o ensino não presencial em caráter emergencial.

Segundo Hodges *et al.* (2020), essa medida foi vista como um modelo instrucional temporário, em que há uma adaptação curricular para que as atividades pedagógicas pudessem ser desenvolvidas enquanto a medida de distanciamento social vigorasse, com o uso do remoto ou o ensino de forma híbrida. Dessa forma, as atividades educacionais passaram a ser mediadas por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs).

Observando o cenário do contexto de pandemia, nos relata Camizão *et al.* (2021), que a implementação do ensino remoto configurou-se como uma possibilidade de garantir o direito à educação dos estudantes brasileiros, porém, é desvelada a sociedade desigual em que vivemos: uma parcela, apenas, com condições adequadas (acesso à internet, aparatos tecnológicos, espaço físico, habitação) e outros tantos sem acesso ou condições adequadas.

No Distrito Federal diversas medidas legais, orientações e recomendações foram expedidas com o intuito de normatizar o fazer pedagógico durante a suspensão das atividades educacionais presenciais. A Portaria nº 129, de 29/05/2020 instituiu o “Programa Escola em Casa DF com o objetivo de ofertar conteúdos pedagógicos de forma remota aos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 2020a).

Para o desenvolvimento do referido Programa foi utilizada a plataforma “Google Sala de Aula”, com várias ferramentas digitais com funcionalidade pedagógica e de comunicação entre professores e estudantes, o que possibilitou o processo de ensino e aprendizagem. Porém, para o Programa Educação Precoce houve a construção de um protocolo próprio, a partir de documentos como as Orientações à Rede Pública de Ensino para o Registro das Atividades Pedagógicas

Remotas e Presenciais (2021a) e o Caderno de Orientações para a organização do trabalho pedagógico remoto da Educação Especial (2021b).

O Programa Educação Precoce, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), é um conjunto de atividades de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado por pedagogos e professores de Educação Física, transitando entre a Educação Infantil e a Educação Especial, tendo em vista que “atende a bebês e crianças bem pequenas (zero a três anos e onze meses) encaminhadas pelos serviços de saúde em razão de nascimento prematuro, deficiência, síndrome ou outra necessidade específica que constitua risco para o desenvolvimento infantil” (MIRANDA e SÁ, 2020, p. 173).

O Programa possui Orientação Pedagógica específica, com data de 2005, e tem por objetivo possibilitar à criança experiências significativas que promovam o desenvolvimento máximo de seu potencial, ainda que apresentem atraso no desenvolvimento e que encontrem-se em situações de risco, de prematuridade, com diagnóstico de deficiências ou com potencial de precocidade para altas habilidades/superdotação (DISTRITO FEDERAL, 2020b).

Em especial, ao professor de educação física, as práticas corporais características da área precisaram ser adaptadas a telas virtuais e à distância da manipulação pelo toque – muitas vezes imprescindível ao desenvolvimento do seu trabalho. Nesse sentido, esse relato tem como objetivo traçar um diálogo entre os documentos propostos para a atuação do PEP e os desafios vivenciados por um professor de educação física inserido no programa durante o período de vigência do ensino remoto, bem como do ensino denominado híbrido, no ano letivo de 2021.

Nesse período, inúmeros artigos e relatos de experiência foram compartilhados em diversos periódicos tendo como objeto de estudo a pandemia e o ensino não presencial, remoto ou híbrido. Tendo em vista este panorama, o relato proposto resguardou o compartilhamento da pluralidade de experiências pedagógicas decorridas desse momento atípico que a educação nacional atravessou, em específico, no Programa Educação Precoce.

Contextualizando

O referido relato de experiência (RE) se apresenta como um estudo de natureza qualitativa com caráter descrito-narrativo e também expositivo-argumentativo, ao descrever a prática pedagógica em Educação Física em um contexto de escola pública, bem como sua organização e tecer algumas argumentações acerca dessa prática, tendo como cenário um momento histórico marcado pelo ensino remoto em decorrência da pandemia da covid-19.

O Programa Educação Precoce contempla a Proposta Pedagógica de 2020 do CAIC UNESCO (DISTRITO FEDERAL, 2020c), localizado em zona urbana da Região Administrativa de São Sebastião-DF e visa elaborar ações pedagógicas, de caráter de atendimento especializado pautadas na gestão democrática, evidenciando pressupostos teóricos e metodológicos da pedagogia histórico crítica e psicologia histórico cultural, corroborando com o Currículo em Movimento da SEE/DF (2018). No geral, há aulas regulares, planejadas e realizadas conforme avaliação das necessidades do estudante e momentos de orientação dos pais/responsáveis por meio de palestras e rodas de conversa na turma de pais (conforme previsto na estratégia de matrícula e orientação pedagógica) ou em momentos específicos, em orientações individualizadas.

Com a pandemia da Covid-19 o PEP recebeu orientações singulares de dois documentos específicos: as Orientações à Rede Pública de Ensino para o Registro das Atividades Pedagógicas Remotas e Presenciais (2021a) e o Caderno de Orientações para a organização do trabalho pedagógico remoto da Educação Especial (2021b), onde foram condensadas informações de caráter normativo para a atuação do corpo docente do Programa.

Entre as diversas orientações, destacam-se elaborações de planos interventivos bimestrais, estratégias a serem desenvolvidas junto às famílias e os responsáveis – com o objetivo de otimizar o processo de ensino e aprendizagem. Os professores foram demandados a estabelecer contato por diversos meios: telefone, *WhatsApp*, *e-mail*, vídeo-chamadas ou outras formas, para disponibilização de material pedagógico e/ou esclarecimentos de dúvidas com os familiares, porém respeitando as especificidades e condições dos estudantes, durante todo o período que perdurou as atividades não presenciais.

No PEP, foram utilizados documentos virtuais para registros do processo de ensino-aprendizagem no formato remoto, tais como formulário de registro de observações não presenciais, aplicação individualizada do PIAR (questionário para levantamento do Perfil Individual para Atendimento Remoto), elaboração do Planejamento Individual Bimestral (PIBI) e de um relatório descritivo anual de desenvolvimento do estudante.

No que tange ao documento Planejamento Individual do Estudante (anteriormente feito de forma semestral e simplificada), o documento denominado Plano Interventivo Individual Bimestral (PIBI), veio substituir o documento do modelo presencial. Ele foi considerado um documento de planejamento de intervenção pedagógica mais completo, que permitiu realizar uma sondagem do desenvolvimento do estudante (aspecto motor, cognitivo, linguagem e socio-emocional e AVAs – (atividades de vida autônoma), objetivos de aprendizagem, atividades propostas/realizadas,

estratégias de orientação, resultados obtidos e acompanhamento e monitorando das atividades pedagógicas do trabalho pedagógico; o PIBI em 2021 foi elaborado conjuntamente pelo pedagogo e pelo professor de educação física, no campo sondagem e objetivos, e os demais campos continham espaços para os registros de cada área, ficando o professor de educação física responsável pelo registros de suas atividades, estratégias de ação e resultados obtidos na sua área de atuação.

Na SEE/DF o ano letivo se iniciou em março de 2021 e, no PEP de São Sebastião foram realizadas aulas a 12 turmas divididas nos dois turnos (matutino e vespertino). Cada turma contou com o atendimento de um professor regente de educação física e um professor de atividades. Embora a construção do planejamento fosse feita de forma conjunta, cada professor atuava conforme sua área de formação.

Neste ano, as turmas foram compostas por um quantitativo entre 16 e 18 crianças que apresentavam características diversas e diferentes motivos de encaminhamento ao programa: prematuridade, transtorno do espectro autista, atraso no desenvolvimento psicomotor, baixo peso, síndromes diversas associadas ou não a deficiência intelectual, cardiopatia, meningite e sepse neonatal, paralisias cerebrais, sinais de altas habilidades, investigações diagnósticas para atrasos no desenvolvimento, atrasos de fala, atrasos motores, irmãos de crianças com TEA, deficiências físicas, hidrocefalia, toxoplasmose congênita, baixa visão, mielomeningocele, epilepsia, transtornos globais do desenvolvimento, entre outros.

O primeiro e o segundo bimestre foram marcados por ações didático-pedagógicas, estratégias de acionamento, orientações, monitoramento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, com o ensino exclusivamente remoto, com encontros síncronos e atividades assíncronas, visando auxiliar o desenvolvimento, o aprendizado e a inclusão dos estudantes, a partir do contato e apoio dos pais/responsáveis.

Em função do formato de aulas, do ensino remoto, os estudantes e as famílias, foram orientados individualmente para a realização das atividades conforme a disponibilidade e necessidades individuais, considerando cada encaminhamento e diagnóstico a fim de contribuir com o desenvolvimento integral da criança (dimensão motora, cognitiva, linguagem e socio-afetiva). A família, arrimo do Programa Precoce, foi parte essencial do processo de ensino e aprendizagem, e desta forma foi incentivada a continuar com os estímulos psicomotores a partir do lúdico, das brincadeiras, para além do momento das aulas, sendo o seu papel fundamental durante o todo esse período de ensino remoto.

Algumas das atividades realizadas ao longo desses dois bimestres compreenderam

práticas lúdicas envolvendo reconhecimento das partes do corpo, expressão corporal, utilização de música, estímulo da coordenação motora fina, global e visomotora, com jogos e brincadeiras, bem como exploração segura do ambiente da casa do estudante, atividades relacionadas ao aprendizado e manutenção da independência acerca da realização de hábitos diários (vestimenta de roupas, higiene e alimentação), brincadeiras com regras simples, construção de brinquedos simples pela família, elaboração de rotinas junto às famílias, entre outras intervenções didático-pedagógicas. Além dessas atividades, datas temáticas presentes no calendário escolar também foram trabalhadas de forma contextualizada.

No segundo semestre, foram publicados novos documentos, com recomendações para a retomada das atividades educacionais presenciais, a serem desenvolvidas juntamente com atividades não presenciais mediadas pelos professores, caracterizando o formato híbrido aula. Neste sentido, o terceiro bimestre trouxe novas adequações ao PEP. Foram realizadas reuniões periódicas com a direção e coordenação da escola, reunião de pais, acolhimentos, sondagens e atualizações de documentos. As aulas presenciais foram mediadas por tecnologia, onde o estudante teve uma aula no modelo presencial e outra aula no modelo remoto considerando os dois atendimentos semanais que são características do programa.

Dessa maneira, retornaram-se as aulas, de forma adaptada, considerando protocolos e medidas de biossegurança, como o distanciamento social e uso de máscaras protetivas, bem como medidas de higiene pessoal, adequação e limpeza dos espaços, protocolos para o transporte escolar, manipulação e distribuição da alimentação escolar.

Já em novembro de 2021, a evolução da vacinação contra o novo Coronavírus, permitiu à SEE/DF reorganizar-se para proceder ao retorno do ensino exclusivamente presencial, onde os documentos norteadores orientavam que as ações do retorno presencial fossem baseadas nos parâmetros essenciais de biossegurança, acolhimento e de garantia das aprendizagens, marcando o retorno presencial de todos os estudantes em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

O PEP sofreu adequações em seus horários de cada componente curricular, em que as aulas de cada área ocorreram no tempo de 40 minutos, sendo reservados mais 5 minutos entre as aulas para higienização dos espaços e brinquedos. Foi autorizado que estudantes com situações específicas de saúde e por solicitação da família, com ciência e autorização da coordenação pedagógica/equipe escolar, permanecessem em aulas exclusivamente remotas. Sendo assim, alguns estudantes tiveram aulas síncronas e também assíncronas com a utilização do aplicativo *WhatsApp*, videochamadas, mensagens e ligações telefônicas.

No quarto bimestre as aulas ocorreram no modelo presencial, com duas aulas semanais para cada criança, conforme a orientação pedagógica e respeitando os documentos norteadores dos parâmetros essenciais de biossegurança, acolhimento e de garantia das aprendizagens.

A retomada do ensino presencial resgatou o contato professor/estudante, com os devidos cuidados e medidas de biossegurança, ampliou novamente os vínculos afetivos e permitiu um olhar mais cuidadoso e apurado do educador. O uso do brinquedo e da brincadeira em ambiente presencial possibilitou a observação de questões específicas do desenvolvimento da criança com a presença do professor ao seu lado e envolvia diariamente atividades de estímulo da marcha, de saltos, independência no subir e descer escadas, da expressão corporal e dos anseios da criança, para ampliar seu repertório motor e vivências escolares, bem como favorecer as demais áreas do desenvolvimento, a partir do movimento e da cultura corporal do movimento, considerando que a educação física na escola não trabalha apenas com o desenvolvimento motor.

O ano letivo de 2021 se encerra de modo presencial, com reuniões de avaliações do semestre e devolutivas às famílias, reuniões individuais com os pais/responsáveis acerca do envolvimento, desenvolvimento e aprendizagem de cada estudante, considerando as individualidades. Foram feitos estudos de caso dos estudantes em situação de terminalidade (último ano de permanência no Programa) e os encaminhamentos para a educação infantil, ressaltando as características e necessidades de cada criança.

A experiência vivenciada

O ano letivo de 2021, como mencionado, se inicia no modelo remoto, perpassa pelo formato híbrido com especificidades ainda não praticadas pela educação especial para então retomar o seu caráter presencial. Nesse percurso, diferentes combinações e possibilidades didáticas foram feitas com o objetivo de assegurar a aprendizagem dos estudantes e ao relatar aspectos do processo de ensino e aprendizagem relacionados à área de educação física em um programa de escola pública do Distrito Federal, observou-se alguns desafios antes não vivenciados.

Nesse contexto geral de pandemia, entre outros aspectos, ao professor foi atribuído o papel de mediador do uso de tecnologias digitais, tendo que reorganizar a sua prática docente, bem como o processo de avaliação de perspectiva formativa proposto pelos dispositivos legais. Para os professores atuantes no PEP não foi diferente, tiveram que estabelecer novos vínculos com as crianças, onde o apoio dos pais/responsáveis se tornou fundamental, e diga-se primordial,

embora a participação efetiva da família já fizesse parte da metodologia utilizada no Programa para contribuir com o desenvolvimento das crianças.

Conforme as variadas orientações no que se refere à organização do material didático-pedagógico priorizou-se a manutenção da especificidade e a individualidade de cada criança, para tanto, as atividades lúdicas em ambiente doméstico e familiar foram consideradas fundamentais e, em relação ao aspecto técnico-metodológico, os recursos áudios visuais auxiliaram o processo.

Elaborou-se uma sequência didática: primeiramente o professor realizava uma vídeo-chamada com os familiares e com os estudantes, organizada material no formato PDF com figuras e *links* de vídeos auxiliares no *YouTube*, explicando de forma clara e objetiva aquilo que era proposto. Entre elas o incentivo a gravação e/ou registro fotográfico e devolutiva do material, para que dessa forma o professor pudesse avaliar o progresso das atividades.

O eixo potencializador de aprendizagens na área psicomotora, compreendeu um leque de conteúdos trabalhados a partir das práticas corporais baseadas em atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras, música e danças. Atividades como “pega-pega”, uso do velotrol, “cavalinho” com material adaptado, boliche com material reciclável, circuitos psicomotores simples, atividade no ambiente da cozinha (em segurança) envolvendo a coordenação motora, com a união da família, estímulos para a dança, para o conhecimento do próprio corpo e para a vivência de mundo, compuseram parte das questões metodológicas das aulas de educação física.

Partiu-se do pressuposto de que atividades as atividades lúdicas, de acordo com Cunha e Castro (2017, p. 104) podem suscitar a curiosidade e a criatividade, “levando os estudantes a respostas inovadoras”, contribuindo com a formação de sujeitos autônomos e críticos. Além disso, permitem o desenvolvimento, entre outros aspectos, da coordenação motora, da expressão linguística, da percepção auditiva e visual, da memória sinestésica e da corporeidade.

A despeito dessas questões, alguns desafios foram evidenciados, e dentre tantos, apontamos o relato das famílias em relação à falta de tempo para organização e realização das atividades com as crianças, dificuldades com o manuseio de alguns aplicativos, problemas financeiros de saúde física e/ou emocional e de acesso à internet. Na outra ponta, o embate em relação à adaptação de materiais, à transposição didática desses conhecimentos às famílias considerando faixa etária e diagnósticos, juntamente com a sobrecarga de trabalho (e até de funções) e também dificuldades tecnológicas relacionadas ao acesso à internet, à aquisição de materiais de trabalho, como um computador ou um smartphone, uma formação pedagógica acelerada, fizeram parte dos desafios vivenciados pelo professor de educação física dentro do Programa.

O ensino remoto emergencial como estratégia para manter o ano letivo, de acordo com Souza e Dainez (2020), no que se refere à educação especial, apresenta também desafios de ordem política e/ou relativos às múltiplas especificidades educacionais do alunado, da formação e capacitação docente e da ressignificação da cultura escolar.

Por outro lado, algumas observações evidenciaram que a pandemia de covid-19, forçou o desenvolvimento profissional e tecnológico também no âmbito da educação física, o que não é estritamente negativo, oportunizando novas aprendizagens e novas formas de ensinar no âmbito de um programa de ensino especial e de escola pública, uma vez que aulas de educação física envolvem questões que vão além de questões estritamente procedimentais, apenas.

Considerações finais

O presente relato de experiência foi fruto de uma narrativa que evidenciou a experiência de singularização a partir do componente curricular de educação física, apresentando um olhar de síntese provisória, aberto às considerações, acerca da prática pedagógica no Programa Educação Precoce da SEE/DF.

Considerando a problemática de evidenciar os desafios da prática pedagógica em Educação Física a partir do ensino remoto emergencial no Programa Educação Precoce de uma escola pública do Distrito Federal no ano letivo de 2021, este relato apontou os seguintes desafios: modificações na organização do trabalho pedagógico frente a utilização das TDICs, o letramento digital, condições de acesso à *internet*, utilização às pressas das ferramentas do pacote *google for education*, (formação emergencial), sentimento de insegurança, incapacidade frente a utilização dessas ferramentas, elaboração e edição de material didático-pedagógico, novas formas de relacionamentos, sobrecarga de trabalho; dificuldades em motivar e engajar as famílias, dificuldades de participação das famílias, aquisições de aparelhos modernos ou de celular ou de computador; excesso de cobranças, que, juntos, impactaram a qualidade de vida dos professores.

O ensino remoto emergencial como estratégia para manter o ano letivo, no que se refere ao ensino especial, vem desvelar as dificuldades para a organização do trabalho pedagógico de modo geral, a capacitação continuada de professores no que se refere ao contexto da deficiência, dos transtornos globais, das altas habilidades e do uso da tecnologia como recurso pedagógico em faixas etárias específicas, como é o caso do Programa Educação Precoce.

A adaptação do ensino presencial para o modelo remoto mediado por tecnologias, evidenciou ainda mais a importância do papel da escola e do professor no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Os resultados, de modo geral, apontaram que os professores de educação física necessitaram rever sua forma de atuação em relação ao modelo presencial, assumir um papel de professor mediador com uso de tecnologias digitais e reorganizar sua prática pedagógica de acordo com os dispositivos legais para o ensino especial no Distrito Federal dentro de um contexto de pandemia e de ensino remoto emergencial, além de dificuldades tecnológicas, de adaptação da didática e sobrecarga de trabalho.

Espera-se, com este relato de experiência, incentivar a produção científica no âmbito da área da educação física e do ensino especial no contexto de escolas públicas, suscitar novos conceitos, conhecimentos e provocar a problematização da realidade escolar brasileira nos processos de inclusão em geral.

Referências

CAMIZÃO, Amanda Costa; CONDE, Patrícia Santos; LOPES VICTOR, Sônia. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e245165, 2021.

CASTRO, Tamar Rabelo de; CUNHA, Márcia Fonseca Oliveira. Oficinas Pedagógicas do Distrito Federal: espaço para vivenciar a ludicidade e a criatividade. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 103-108, jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/245>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento do Distrito Federal**. Ensino Fundamental - anos iniciais - Anos Finais. 2. ed. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Educação Pública. Diretoria de Ensino Especial, Coordenação de Educação Precoce. **Orientação pedagógica: atendimento educacional especializado a crianças de 0 a 3 anos – Precoce**. Brasília, DF, 2005.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **PORTARIA nº 129, de 29 de maio de 2020**. Dispõe da instituição do Programa Escola em Casa DF. Brasília, DF, 2020a.

DISTRITO FEDERAL. **Site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**, Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral 2020. A página descreve serviços para comunidade referentes à educação no Distrito Federal. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/educacao-precoce>. Acesso em: Acesso em: 07 ago. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Suporte Educacional. Diretoria Regional de Ensino de São Sebastião. CAIC UNESCO. **Proposta Pedagógica CAIC UNESCO**, Brasília, 2020c.

DISTRITO FEDERAL. **Orientações à rede pública de ensino para o registro das atividades pedagógicas remotas e presenciais**. - Abril de 2021. – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. - 2ª edição Atualizada. 2021. Brasília, DF, 2021a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN). **Caderno de Orientações para a organização do trabalho pedagógico remoto na educação especial**. Brasília, DF, 2021b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Parâmetros para a retomada das atividades presenciais nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal no ano letivo 2º/2021**. Brasília, DF, 2021c.

HODGES, Charles. *et al.* The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. *EDUCAUSE Review*®. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MIRANDA, Maria Auristela Barbosa Alves de; SÁ, Antônio Villar Marques de. Atendimento Educacional Especializado para a primeiríssima infância: O Programa de Educação Precoce no Distrito Federal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 173-180, maio 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/841>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SOUZA, Flávia Faissal de.; DAINEZ, Débora. Educação especial e inclusiva em tempos de pandemia: o lugar da escola e as condições do ensino remoto emergencial. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016303, p. 1-15, 2020.

SOBRE OS AUTORES:

Robson de Souza Lobato - possui mestrado em Educação Física pela Universidade de Brasília (2015); Especialização em Educação Inclusiva e Psicomotricidade pela FAMEESP (2021); Especialização em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência pela UFJF (2019); Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar pela UAB/UnB (2011); Especialização em Esporte Escolar pelo CEAD/UnB (2006); Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (2003). Atualmente é professor - Secretaria

de Estado de Educação do Distrito Federal, onde atua no Ensino Especial e está cursando Letras Português/Inglês.

Tayanne da Costa Freitas - Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (2020). Mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília (2015), Licenciada em Educação Física pela Universidade de Brasília (2004) e em Dança pelo Instituto Federal de Brasília (2013). Possui especialização em Planejamento, Implementação e Gestão em Educação a Distância (UFF, 2017) e em Educação Física Escolar (UGF, 2011). Atualmente é professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, atuando na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE).

Maíra de Souza Guerra Ferreira de Castro – mestranda pelo ProEF/UnB; Professora de Educação Física; graduada no curso de Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade de Brasília. Especialista em Educação Física Escolar (2010), pela Universidade Gama Filho (UGF-RJ). Servidora efetiva e estável exercendo o cargo de Professora de Educação Básica da carreira Magistério da Secretaria de Educação do Distrito Federal, ingressa em 10 de fevereiro de 2009. Atualmente, atuando no Programa de Educação Precoce da Secretaria de Educação do DF, na unidade de São Sebastião-DF, com a Educação Física.